

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1443771 - SP  
(2019/0030830-5)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : GIVALDO SANTOS REIS**  
**ADVOGADOS : GABRIEL GOUVEIA SPADA E OUTRO(S) -**  
SP281816  
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA - DF031718  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE : CARLOS HENRIQUE IGLESIAS COUTINHO**  
**S BASTOS - SP355020**  
MAKARIUS SEPETAUSKAS - SP216222  
PATRICIA GUELFY PEREIRA - SP199081  
LAURA MENDES AMANDO DE BARROS E  
OUTRO(S) - SP183413  
**INTERES. : PAULO ANTONIO MILANESE**  
**INTERES. : NORBERTO DE CAMARGO MANGUEIRA**  
ENGELENDER  
**INTERES. : DEZ SERVICOS E EMERGENCIAS LTDA**  
**INTERES. : JÚLIO AMANDIO PARDAL - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : DANIEL AMANDIO PARDAL - INVENTARIANTE**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agrado em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agrado Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agrado Interno improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa  
Relatora

